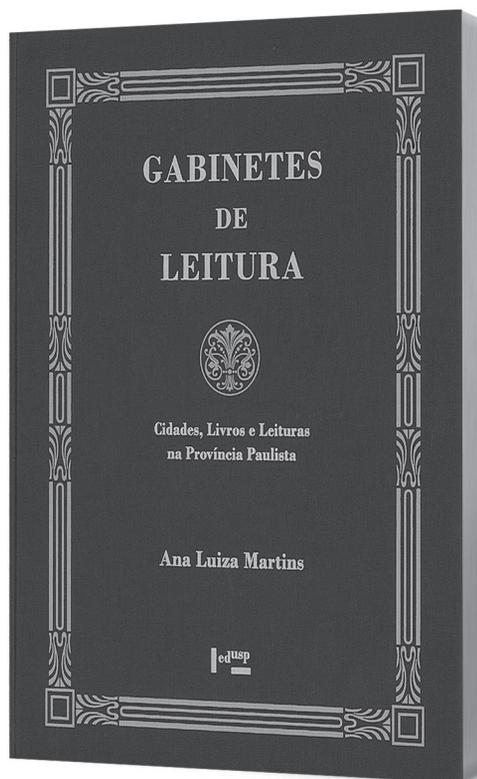


livros



Gabinetes de leitura no estado de São Paulo

Cláudio Giordano

*Gabinetes de Leitura – Cidades, Livros e Leituras na
Província Paulista, de Ana Luiza Martins, São Paulo, Edusp, 2015, 424 p.*

Livro precioso e referencial sob vários aspectos arrolados na apresentação de Marisa Midori Deaecto e no prefácio de Raquel Glezer, *Gabinetes de Leitura*, de Ana Luiza Martins, logo à abertura despertou-me sentimento de melancolia ao relembrar a triste sina de sociedade sem memória que é a nossa. Buscando saber onde funcionou em Iguape o gabinete de leitura daquela cidade, cuja instalação em 1847 é atestada pelo registro que se lê no *Almanaque da Província de São Paulo para 1873*, e que, segundo o jornal *Comércio de Iguape*, de 1895, ainda existia nesse ano, bem como em 1901, de acordo com apontamento no jornal *Comarca de Iguape*, a autora dirigiu-se à prefeitura: “Na sede da prefeitura, porém, a confirmação temida e a certeza do silêncio da história: toda a documentação fora destruída nos anos de 1960, por iniciativa da administração, que não dispunha de espaço para ‘papéis velhos’” (p. 33).

O levantamento minucioso que nos dá Ana Luiza Martins da presença do livro e da leitura no estado de São Paulo no século XIX e início do XX evidencia mais uma vez que entre nós os elementos culturais perdem precocemente importância, tornando-se coisas velhas e descartáveis.

Os gabinetes de leitura paulistas, nascidos todos do entusiasmo de cidadãos esclarecidos, tiveram em sua

maioria vida efêmera, desaparecendo em curto espaço de tempo ou transmutando-se em recinto de lazer:

“A inauguração desse novo prédio encerra o ciclo dos gabinetes de leitura da região, confirmando o destino comum daquelas casas de leitura. Na idealização de seus fundadores nasceram para propagação da cultura e ilustração da população, logo, porém, desvirtuadas e transformadas em clubes recreativos de prestígio na cidade. Com exceção de Sorocaba, que até hoje mantém seu gabinete de leitura como ponto de referência cultural, os demais que o sucedem na trilha ao sul do estado tiveram todos o mesmo destino: transformaram-se no clube da elite local” (pp. 247-9).

Apesar disso (e até por isso, caso se queira) é da maior relevância e proveito o livro de A. L. Martins. Proveitoso, por exemplo, por dar a conhecer personagens dificilmente presentes em obras consagradas de nossa história, que, em boa parte movidos por motivações políticas e ideológicas, criaram os gabinetes de leitura:

“Na província de São Paulo, a instituição proliferou acentuando o caráter paramaçônico dessas casas de

CLÁUDIO GIORDANO é bibliófilo e tradutor.

leitura, confirmando indiretamente sua atuação política, de espectro democrático. Dos dezessete gabinetes de leitura levantados na província, dez comprovadamente foram criados e dirigidos por elementos da maçonaria: em Sorocaba, Itapetininga, Itapeva, Tatuí, Campinas, Itu, Rio Claro, Mogi Mirim, Iguape e Santos, cidades de lojas maçônicas fortes. Os demais traziam alguns nomes da diretoria comprometidos com as propostas maçônicas” (pp. 364-5).

Estrangeiros também estão presentes no livro, como o austro-húngaro Luís Mateus Maylasky, Visconde de Sapucaí, fundador do Gabinete de Leitura Sorocabano, em 1867.

Ainda proveitoso, embora constrangedor, por nos lembrar que

“[...] da escuridão da vida colonial à incandescência das luzes da nova cidade, intermediando tempos tão diversos, um elemento deflagrador de todas as transformações passa veloz. É a máquina da locomotiva. Essa presença insólita na placidez agrária, o resgate de súbitas transformações. E o registro de algumas aparições, como a dos gabinetes de leitura da província de São Paulo, fenômeno contemporâneo ao avanço dos trilhos, pontilhando todo seu trajeto impactante, deixando em seu rastro homens que sonhavam mudanças e que se projetavam na modernidade do mundo. Passagem que deixava plantada no perímetro urbano uma nova edificação, o gabinete de leitura, símbolo ele próprio da mutação do espaço e das mentes.

[...] Sim, o tempo das ferrovias é o tempo dos gabinetes de leitura, os quais algumas vezes se instalaram antes deles, prenunciando a chegada dos trilhos; ocasionalmente, concomitante à inauguração da estação; com frequência, após a passagem do trem, que em seu rastro deixava novas cidades e gabinetes de leitura, confirmando seu trajeto norteador do progresso. Nessa apreensão comum – da ferrovia e dos gabinetes –, a instalação de um ou outro denunciava que o espaço que os recebia atravessava esplendor econômico, ‘aformoseava-se’, abrigava novos grupos sociais, exercitava o espírito associativo, passava a exigir mudanças. Logo, a partir do avanço dos trilhos, a província de São Paulo deu início à desmontagem de seu cenário colonial, procurando incorporar os símbolos do progresso que a mesma máquina ajudava a transportar” (pp. 147 e 153).

Constrangedor porque em meados do século XX (!), ao invés de se continuar com a ramificação das ferrovias Brasil adentro e eventualmente complementá-las com o transporte urbano rodoviário, cometeu-se a insensatez (que outra palavra usar?) de sucatear-se radicalmente a estrada de ferro em proveito da implementação das estradas rodoviárias, em clara submissão aos interesses da indústria automobilística estrangeira, à qual continuamos atrelados.

Aos afeitos às coisas do livro e da leitura é bem sabido que a Casa Garraux, viva na capital paulista até as primeiras décadas do século XX, em que pese ser referida precipuamente como livraria (“Livraria da Academia” se autorrotulava numa das etiquetas de divulgação), era loja onde se encontravam as mais variadas utilidades domésticas e artefatos industrializados importados. Prova disso dá-nos o bacharel João Kopke, que, nomeado promotor em Itapeva, em carta enviada ao editor José Maria Lisboa, preocupado com a vida no sertão paulista, escrevia-lhe: “[...] comecei a aviar-me para a viagem não sem munir-me, no Garraux, de um revólver, tal era a descrição que me faziam dos sertões em que ia viver” (p. 237).

Episódios miúdos como esse e rica iconografia dão à obra de A. L. Martins leveza à abundante compilação histórica de fatos menos gloriosos da história de nossa cultura, particularmente no que tange ao estado de São Paulo.

Mas afinal o que era um gabinete de leitura?

Nas décadas finais do século XVIII, em decorrência da expansão do mercado livreiro europeu, começaram a surgir, sobretudo na França, Inglaterra e Alemanha, recintos que, mediante módico aluguel, disponibilizavam a retirada de livros para leitura. Diferiam, pois, das bibliotecas, onde os livros só podiam ser lidos em suas dependências. “Além do caráter inovador da instituição conferido pelo *aluguel de livros* e pela democrática frequência a suas instalações, a própria denominação ‘gabinete’ vinha carregada de significados de conotação moderna” (p. 50). Essas entidades, porém, assumiram nuances várias:

“[...] de acordo com cada local e época em que se desenvolvera. Diversifica-se exatamente na medida em que espelhava sociedades diferenciadas, referência, portanto, de estágios culturais de sociedades complexas. [...] Inferem-se, pois, tipologias de gabinetes de leitura em que uma distinção nítida se estabeleceu: em países de estágio cultural avançado, com público

consumidor expressivo, organizavam-se como estabelecimento comercial, suporte de uma indústria livreira nascente, *boutique de lire*, de acordo com os franceses, em mãos de um proprietário e figurando como ‘negócio comercial’. Já em países de impressão e editoração incipientes, foram criados por associações, geralmente de caráter filantrópico, regidos por estatutos próprios e com finalidade múltipla, além da locação de livros. É nesse último caso que se incluem os gabinetes de leitura do Brasil. [...] gabinetes de leitura em Portugal e entre nós, sem dúvida o recinto abrigava uma biblioteca, mas não só. Constituiu-se também em espaço do saber moderno, instrumento mercantilizador e propagador da cultura, lugar da leitura folhetinesca, da democratização da informação, de encontros políticos, veiculador de instrução, propiciador da leitura domiciliar, introdutor do lazer organizado e tantas outras variáveis” (pp. 51-52).

E graças a essas “tantas outras variáveis”, gozamos, como diz Marisa Midori, a “delícia [de] poder acompanhar a autora na consulta ao catálogo do Gabinete de Leitura Sorocabano... Lia-se muito à época? Lia-se pouco? Liam-se romances proibidos? Quantos daqueles títulos ainda podem habitar nossa imagina-

ção de leitores, em pleno século XXI? Eram populares os títulos em circulação? Eram eruditas as leituras?”.

Ao cabo da viagem histórica que nos propicia A. L. Martins, nossa melancolia ainda permanece, porquanto dos “dezessete gabinetes de leitura distribuídos ao longo dos trilhos das ferrovias”, em 1900 “apenas nove existiam e os demais estavam em declínio [...] Hoje se contam apenas três gabinetes de leitura no estado, em Sorocaba, Rio Claro e Jundiaí” (p. 379). Mesmo assim, comungamos da assertiva positiva da autora de que ainda hoje

“[...] a experiência dos gabinetes de leitura, projeto esquecido, ganha relevo. E modernidade. Relevo porque esclarece um pouco mais sobre o programa da agenda liberal às vésperas da República, tradicionalmente comprometida e a serviço de interesses agrários, então dominantes. [...] Quanto à modernidade aludida, percebe-se que era em parte representada pelos feitos espetaculares das exposições industriais, pelos avanços técnicos ou através das monumentais obras arquitetônicas implantadas à guisa de cenários, ainda que fossem em áreas assoladas por surtos epidêmicos, onde grassava o atraso da população” (pp. 382-3).